

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 13/06/2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

CARLOS EDUARDO CANDIDO PEREIRA

# **Inclusão no Ensino Superior: Percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal**



ARARAQUARA – SP

2016

CARLOS EDUARDO CANDIDO PEREIRA

# **Inclusão no Ensino Superior: Percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, para obtenção do Título de Doutor em Educação Escolar (Área de concentração: Política e Gestão Educacional).

**Orientador:** Prof. Dr. José Luís Bizelli (UNESP/Araraquara/Brasil)

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Leite Pereira (UNESP/Bauru/Brasil)

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria Pinto Albuquerque (Universidade de Coimbra/ Portugal)

**Bolsa:** CAPES/OBEDUC

CAPES/PDSE (Processo: PDSE 99999.006336/2015-09)

ARARAQUARA – SP

2016

Candido Pereira, Carlos Eduardo

Inclusão no Ensino Superior: Percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal / Carlos Eduardo Candido Pereira - 2016

283 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: José Luis Bizelli

Coorientador: Lúcia Leite Pereira e Cristina Maria Pinto Albuquerque

1. Inclusão . 2. Pessoas com deficiências. 3. Ensino Superior. 4. Escola. 5. Trabalho. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

# **Inclusão no Ensino Superior: Percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, para obtenção do Título de Doutor em Educação Escolar (Área de concentração: Política e Gestão Educacional).

**Orientador:** Prof. Dr. José Luís Bizelli (UNESP/Araraquara/Brasil)  
**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Leite Pereira (UNESP/Bauru/Brasil)  
**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria Pinto Albuquerque (Universidade de Coimbra/ Portugal)

**Bolsa:** CAPES/OBEDUC  
CAPES/PDSE (Processo: PDSE 99999.006336/2015-09)

Data da defesa: 13/06/2016

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Luís Bizelli**  
Universidade Estadual Paulista/FCLAr.

---

**Membro Titular: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Elisabeth Denari**  
Universidade Federal de São Carlos.

---

**Membro Titular: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Onofre**  
Universidade Federal de São Carlos.

---

**Membro Titular: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosimeire Maria Orlando**  
Universidade Federal de São Carlos.

---

**Membro Titular: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Júlia Canazza Dall’Acqua**  
Universidade Estadual Paulista/FCLAr.

**Local:** Anfiteatro C - Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## DEDICATÓRIA

Ao Deus trino que é: Pai, Filho e Espírito Santo - pelas graças concedidas.

Aos meus pais: Osvaldo e Clarice. Meus amores, meu consolo, meu carinho, meu conforto e minha fortaleza.

Minha família e meus amigos.

A todas as pessoas com deficiência. (Em especial as do Brasil e as de Portugal)

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador, o Prof. Dr. José Luís Bizelli, pela confiança em me orientar e me dar autonomia e espaço para desenvolver este estudo.

Às coorientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia (pela atenção e por dar equilíbrio às ações realizadas no estudo) e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina (que me permitiu continuar uma história com nova perspectiva em um país fantástico, “giro e fixe”, que é Portugal).

Aos membros da banca: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Denari, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Onofre e a Prof.<sup>a</sup> Rosimeire Orlando pelas contribuições indispensáveis para realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, que depositou em mim a confiança e as boas expectativas ao estudo aqui desenvolvido.

À CAPES, por dar suporte financeiro a este estudo, na etapa nacional por meio de bolsa oriunda do Observatório Nacional de Educação – OBEDUC CAPES e, na parte internacional com o PDSE – Programa Doutorado Sanduíche no Exterior.

Aos meus familiares: Osvaldo (pai), Clarice (mãe), Karina e Silvana (irmãs), Alexandre e Edmilson (cunhados) e à Beatriz (sobrinha) pela expectativa que em mim depositaram.

À tia Amélia Padilha da Siqueira (*In Memoriam*).

Aos meus amigo@s. Gostaria de citar todos aqui, mas um carinho especial a: Antonio Ricardo de Moraes Luiz (com Fernanda Zanon, Marina e Maria Fernanda), Andrey Ricardo Brugnera (e Rosilene Regolão Brugnera); Flávia Graziela Passalacqua Moreira, Jéssica Tardivo; Sidnei Souza; Nikolay Henrique Bispo; Ana Cristina Brito Arcoverde, Susana Roque Bravo e Samara Rauber Washington.

À Debora Verniz (Pereira), que me deu apoio e compreensão durante muitos anos de minha trajetória pessoal e acadêmica, mas que optou seguir caminhos que lhe afastaram conhecer o resultado final deste estudo.

Aos juízes dos instrumentos para coleta de dados: Prof. Dr. Éder Pires de Camargo, Sra. Flávia Graziela Moreira Passalacqua e Sr. Martinho Finardi.

À todos os professores que tive na minha trajetória escolar, com especial carinho e agradecimento: Maria Júlia Canazza Dall’Acqua, Maria Regina Guarnieri, João Augusto Gentilini, Sueli Itman Monteiro, Roberto Carlos Miguel, Mauro Romanatto e Claudio Gomide B. de Souza (*In memoriam*).

À UNESP, por ter aberto as portas para toda minha trajetória acadêmica. (Até o momento são 13 anos de histórias. Eu me lembro bem, no meu primeiro dia, como calouro na universidade, uma faixa de recepção na marquise do Restaurante Universitário que dizia: “seja bem vindo aos melhores anos da sua vida!” – E foram mesmo!).

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP e de toda a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Jamais me esquecerei do carinho dos colegas do doutorado que fizeram uma “caixinha” para me dar de presente de casamento.

Ao CICS.NOVA, a todos os colegas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Coimbra.

À Portugal por me dar o sentido da redescoberta no âmbito pessoal, profissional e acadêmico. Que Deus proteja este país, bem como o Brasil.

Aos quais serei sempre grato, pela realização desta tese.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades.

*Luís de Camões*



## RESUMO

Esse estudo abordou a inclusão das pessoas com deficiências no Ensino Superior, em instituições públicas: a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade de Lisboa (ULISBOA), por meio da percepção dos servidores docentes e não docentes. Teve por objetivo: descrever e analisar o impacto das leis de inclusão; descrever e analisar a relação entre a escola e o trabalho; identificar e analisar a política, administração e gestão da Universidade para com seus servidores com deficiências. A hipótese do estudo foi a de que a universidade não está preparada para fazer inclusão. A metodologia utilizada foi a descritivo-analítica, com uso da análise documental, aplicação de entrevistas e questionários. Como resultados, de um total de trinta e três participantes: a inclusão na escola gera dúvidas sobre sua efetividade. A deficiência não foi um problema para a aprendizagem. A escola serviu de base para ingresso no trabalho, mas, por si não é o suficiente. Sobre o trabalho, o setor público apresenta desconhecimento sobre a deficiência. Na escola e no mercado de trabalho há melhoria das relações sociais, mas, ainda ocorre o preconceito e a discriminação. É possível às universidades melhor se estruturarem para atender o público com deficiência investindo, dentre outras coisas, em capacitação. Espera-se que as discussões aqui propostas indiquem alternativas viáveis para melhorar o cotidiano das pessoas com deficiências, servidores docentes ou não docentes, alunos ou comunidade externa: público em geral da universidade pública no Brasil e em Portugal.

**Palavras – chave:** Inclusão. Pessoas com deficiências. Ensino Superior. Escola. Trabalho.

## ABSTRACT

This study is about the inclusion of people with disabilities in higher education, in public institutions: Universidade Estadual Paulista (UNESP), the Federal University of São Carlos (UFSCar) and the University of Lisbon (ULISBOA), through the perception of teachers servers and non-teaching staff. We aimed to: describe and analyze the impact of inclusion laws; describe and analyze the relationship between school and work; identify and analyze the policy, administration and management of the University to their servers with disabilities. The study hypothesis was that the university is not prepared to inclusion. The methodology used was descriptive-analytic, using documentary analysis, application of interviews and questionnaires. As a result, a total of thirty-three participants: the inclusion in school raises doubts about its effectiveness. The deficiency was not a problem for learning. The school was the basis for entering the work, but by itself is not enough. About the work, the public sector has knowledge about disability. At school and in the labor market for improvement of social relations, but also occurs prejudice and discrimination. It is possible the best universities are structured to meet the public with disabilities investing, among other things, in training. It is expected that the discussions proposed here indicate viable alternatives to improve the daily lives of people with disabilities, teachers servers or non-teaching staff, students or external community: the general public of the public university in Brazil and Portugal.

**Keywords:** Inclusion. People with disabilities. Higher education. School. Job.

## RESUMEN

Este estudio se dirigió a la inclusión de las personas con discapacidad en la educación superior, en las instituciones públicas: Universidad Estatal Paulista (UNESP), la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar) y la Universidade de Lisboa (ULISBOA), a través de la percepción de los servidores y el personal no docente. El objetivo fue: describir y analizar el impacto de las leyes de inclusión; describir y analizar la relación entre la escuela y el trabajo; identificar y analizar la política, la administración y gestión de la Universidad a sus servidores con discapacidad. La hipótesis del estudio fue que la universidad no está preparada para la inclusión. La metodología utilizada fue de tipo descriptivo-analítico, utilizando el análisis documental, la aplicación de entrevistas y cuestionarios. Como resultado, un total de treinta y tres participantes: la inclusión en la escuela plantea dudas sobre su eficacia. La deficiencia no era un problema para el aprendizaje. La escuela fue la base para la introducción de la obra, pero por sí sola no es suficiente. Sobre el trabajo, el sector público tiene conocimiento acerca de la discapacidad. En la escuela y en el mercado de trabajo para la mejora de las relaciones sociales, sino que también se produce el prejuicio y la discriminación. Es posible las mejores universidades están estructurados para satisfacer al público con discapacidades inversión, entre otras cosas, en la formación. Se espera que las discusiones propuestas aquí indican alternativas viables para mejorar la vida diaria de las personas con discapacidad, los servidores maestros o personal no docente, estudiantes o comunidad externa: el público en general de la universidad pública en Brasil y Portugal.

**Palabras – clave:** Inclusión . Las Personas discapacitadas en contra. Top Enseñanza . Escuela . Trabajo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxas de alfabetização de pessoas com pelo menos uma das deficiências. (IBGE, 2012). .....	6
Figura 2: Taxas de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, para as pessoas com deficiência, por Brasil e regiões (%). (IBGE, 2012). .....	7
Figura 3: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução. (IBGE, 2012). .....	8
Figura 4: Nível de ocupação da população em idade ocupacional, por sexo e tipo de deficiência investigada (%). (IBGE, 2012). .....	9
Figura 5: Taxa de atividade da população em idade ativa com pelo menos uma das deficiências, por sexo e tipo de deficiência (%). (IBGE, 2012). .....	10
Figura 6: Pessoas em idade funcional segundo a posição de ocupação no trabalho principal (%). (IBGE, 2012). .....	11
Figura 7: Rendimento nominal do trabalho, pessoas com deficiência ocupadas, em salários mínimos (%). (IBGE, 2012). .....	12
Figura 8: Educação Superior: organização acadêmica.....	75
Figura 9: Tipo de Deficiência em Portugal. ....	83
Figura 10: UNESP .....	117
Figura 11: UNESP – Distribuição dos campi universitários no Estado de São Paulo. ....	118
Figura 12 - UFSCar.....	120
Figura 13 - ULISBOA .....	122
Figura 14– Gênero dos participantes.....	160
Figura 15 – Campus de lotação dos participantes da UNESP. ....	160
Figura 16 – Cargo exercido pelos participantes. ....	161
Figura 17 – Tempo de trabalho dos servidores na função ou cargo.....	162
Figura 18 – Experiência de trabalho em outros locais, que não a universidade, pelos participantes. ....	163
Figura 19 – Experiência de trabalho em outros locais, que não a universidade, pelos participantes. ....	164
Figura 20 – Tipos de Deficiência Identificados dos Servidores da Universidade Pública. ....	165
Figura 21– Maneira pela qual os participantes possuem ou adquiriram a deficiência. ....	166
Figura 22– Nível de escolaridade dos participantes. ....	167
Figura 23– Assuntos importantes considerados pelos participantes acerca das pessoas com deficiências. ....	168
Figura 24– Conhecimento de leis destinadas às pessoas com deficiência pelos participantes. ....	169
Figura 25– Benefícios da legislação escolar. ....	171
Figura 26 – Possibilidade de aprendizagem entre pessoas com e sem deficiência. ..	172
Figura 27 – Preconceito e discriminação contra a pessoa com deficiência na escola. ....	173
Figura 28 – Preparo da escola pública na recepção de pessoas com deficiências. ...	174
Figura 29 - Preparo da escola particular na recepção de pessoas com deficiências. ....	175
Figura 30 – Opinião dos participantes acerca das pessoas com deficiência estudarem apenas nas escolas especiais (APAE, AACD, etc.). ....	176

Figura 31- Opinião dos participantes acerca das pessoas com deficiência estudarem apenas nas escolas regulares.....	176
Figura 32 - Opinião dos participantes acerca das pessoas com deficiência estudarem na escola especial e também na regular. ....	177
Figura 33 - Opinião dos participantes acerca do ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho apenas por estudarem na escola. ....	178
Figura 34 - Opinião dos participantes acerca do ingresso das pessoas com deficiência na universidade por meio do vestibular. ....	179
Figura 35 – Opinião dos participantes acerca da deficiência ter sido um problema para aprender na escola. ....	180
Figura 36 - Opinião dos participantes acerca da necessidade de ajuda extra para aprender na escola. ....	181
Figura 37 - Opinião dos participantes acerca de necessitarem realizar reforço ou recuperação na escola. ....	182
Figura 38 – Resposta dos participantes acerca de terem estudado concomitantemente na escola regular e especial. ....	183
Figura 39 – Opinião dos participantes acerca de tratamento diferenciado dado pelos professores na escola.....	184
Figura 40 – Opinião dos participantes acerca dos professores da trajetória escolar..	185
Figura 41 – Opinião dos participantes acerca de sua condição pessoal ser respeitada na escola.....	186
Figura 42 – Opinião dos participantes acerca da acessibilidade arquitetônica da escola.....	187
Figura 43 – Opinião dos participantes acerca da deficiência ser um fator dificultador em frequentar a escola.....	188
Figura 44 – Opinião dos participantes acerca do gosto pela escola.....	189
Figura 45 – Opinião dos participantes sobre sua trajetória escolar ter possibilitado ingresso no trabalho. ....	190
Figura 46 – Opinião dos participantes acerca da reserva de vagas em concurso público.....	191
Figura 47 – Opinião dos participantes acerca da obtenção de emprego por meio de agências.....	192
Figura 48 – Opinião dos participantes a respeito da obtenção de altos cargos nas organizações para as pessoas com deficiências.....	193
Figura 49 – Opinião dos participantes acerca da obtenção de emprego por meio da Lei de Cotas.....	194
Figura 50–Opinião dos participantes acerca do BPC.....	195
Figura 51 – Opinião dos participantes acerca da recepção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.....	196
Figura 52 – Opinião dos participantes acerca da independência que o trabalho proporciona, inclusive de outras pessoas. ....	197
Figura 53 – Opinião dos participantes acerca de preconceito e discriminação da pessoa com deficiência no trabalho. ....	198
Figura 54 – Opinião dos participantes acerca das diferenças entre o trabalho público e privado.....	199

Figura 55 – Opinião dos participantes acerca do mercado de trabalho da esfera pública estar mais bem preparado para receber servidores com algum tipo de deficiência. ..	200
Figura 56 – Opinião dos participantes acerca do trabalho ensinar mais do que a escola. ....	201
Figura 57 – Opinião dos participantes acerca da acessibilidade do posto atual de trabalho .....	202
Figura 58 – opinião dos participantes acerca do preconceito e da discriminação no atual trabalho. ....	203
Figura 59 – Opinião dos participantes acerca de seus sentimentos serem contemplados pela administração ou chefia da universidade.....	204
Figura 60 – Opinião dos participantes acerca de serem consultados sobre a melhor maneira de exercerem seus trabalhos.....	205
Figura 61 – Conhecimento dos participantes acerca de Comissão de Acessibilidade ou Grupo de Apoio à pessoa com deficiência na universidade.....	206
Figura 62 – Opinião dos participantes acerca da interação com outros servidores com deficiências na universidade.....	207
Figura 63 – Percepção dos participantes em serem valorizados no atual trabalho. ...	208
Figura 64 – Satisfação dos participantes em estar no atual trabalho. ....	208
Figura 65 – Opinião dos participantes acerca da universidade poder estar mais bem adaptada. ....	210
Figura 66 - Opinião dos participantes acerca da universidade oferecer mais recursos de informática.....	211
Figura 67 - Opinião dos participantes acerca da universidade oferecer mais vagas de estacionamento. ....	211
Figura 68 - Opinião dos participantes acerca dos recursos de sinalização visual estar mais disponíveis na universidade.....	212
Figura 69 - Opinião dos participantes acerca dos recursos de sinalização sonora estar mais disponíveis na universidade.....	213
Figura 70 - Opinião dos participantes acerca de se ter disponíveis mais interprete em LIBRAS na universidade. ....	213
Figura 71 - Opinião dos participantes acerca da possibilidade de se ter mais cursos para atender ou lidar com a pessoa com deficiência na universidade. ....	214
Figura 72 - Opinião dos participantes acerca de serem mais consultados acerca de questões referentes a inclusão de pessoas com deficiência na universidade. ....	215

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Caracterização dos Participantes do Estudo. ....	104
Tabela 2: Limitações apresentadas por tipo de deficiência na UNESP. ....	105
Tabela 3: Cronograma da coleta de dados junto à UNESP. ....	110
Tabela 4: Cronograma da coleta de dados junto à UFSCar. ....	111
Tabela 5: Cronograma da coleta de dados junto à Universidade Nova de Lisboa.....	112
Tabela 6: Categorias de análise das entrevistas com servidores da administração...	113
Tabela 7: Categorias de análise dos questionários com servidores docentes e não docentes com deficiências. ....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Índice de Referência Para Porcentagem de Contratação de Pessoas Com Deficiências junto a Empresas. ....	60
Quadro2 - Porcentagem de multa para descumprimento da Lei De Cotas. ....	63
Quadro 3: População total e com deficiência e taxas de deficiência em grupos etários em Portugal. ....	83
Quadro 4: Distribuição das pessoas com deficiência por região. ....	84



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AACD</b>	Associação de Assistência à Criança Deficiente
<b>APAE</b>	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
<b>APO</b>	Administração por Objetivos
<b>AVCB</b>	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CAP/NAPPB</b>	Centro de Apoio e Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual
<b>CAS</b>	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
<b>CE B</b>	Câmara da Educação Básica
<b>CEFET'S</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CENESP</b>	Centro Empresarial de São Paulo
<b>CET'S</b>	Centro de Educação Tecnológica
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CICS.NOVA</b>	Interdisciplinary Centre of Social Science of Universidade Nova de Lisboa
<b>CID</b>	Classificação Internacional de Doenças
<b>CIF</b>	Classificação Internacional de Funcionalidades
<b>CIT</b>	Colégio Técnico-Industrial da UNESP
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONAES</b>	Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior
<b>CONTRAN</b>	Conselho Nacional de Transito
<b>CORDE</b>	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
<b>COSTSA - UNESP</b>	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental da UNESP
<b>CPA</b>	Comissão Própria de Avaliação
<b>CRH – UNESP</b>	Coordenadoria de Recursos Humanos da UNESP
<b>DA (n.º)</b>	Participante com Deficiência Auditiva

<b>DASP</b>	Departamento Administrativo do Setor Público
<b>DF (n.º)</b>	Participante com Deficiência Física
<b>DV (n.º)</b>	Participante com Deficiência Visual
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
<b>ENDEF</b>	Estratégia Nacional para a Deficiência (Portugal)
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>e-SIC</b>	Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão
<b>FAIA</b>	Fundo de Apoio ao Investimento para o Alentejo (Portugal)
<b>FCLAr</b>	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/SP
<b>FIES</b>	Financiamento Estudantil
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IBC</b>	Instituto Benjamin Constant
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IESP</b>	Instituto Educacional São Paulo
<b>IFES</b>	Institutos Federais de Ensino Superior
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística de Portugal
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>INCLUIR</b>	Programa de Acessibilidade no Ensino Superior
<b>INES</b>	Instituto Nacional da Educação de Surdos
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira dos Sinais
<b>MEC</b>	Ministério da Educação

<b>MEC/GM</b>	Ministério da Educação – Gabinete do Ministro
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>NAAH/S</b>	Núcleo de Atividades de Altas Habilidade e Superdotação
<b>NARC</b>	National Association For Retarded Children
<b>NEE</b>	Necessidade Educacional Especial
<b>NUACE</b>	Núcleo de Apoio à Acessibilidade
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OBEDUC</b>	Observatório da Educação
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>P(n.º)</b>	Participante da etapa da entrevista no Brasil
<b>PAIPDI</b>	Plano de Acção Para a Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidade
<b>PCD</b>	Pessoa(s) com deficiência(s)
<b>PCDI</b>	Pessoa(s) com deficiência(s) e Incapacidade(s)
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Escola
<b>PDSE</b>	Programa de Doutorado Sanduíche
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PIAVE</b>	Plano de Intervenção para o Vale do Ave (Portugal)
<b>PIPS</b>	Plano de Intervenção para a Península de Setúbal (Portugal)
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNUD</b>	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
<b>PORDATA</b>	<i>Base de Dados Portugal Contemporâneo</i>
<b>PPNE</b>	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
<b>PRAD</b>	Pró-reitoria de Administração da UNESP
<b>PRODESCOOP</b>	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cooperativo de Portugal
<b>PROGRAD</b>	Pró-reitoria de Graduação da UNESP

<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Institucional
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>PT(n.º)</b>	Participante da etapa da entrevista em Portugal
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>RH</b>	Recursos Humanos
<b>SECADI</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
<b>SEF</b>	Secretaria de Educação Fundamental
<b>SEESP</b>	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
<b>SESu</b>	Secretaria de Educação Superior
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>ULISBOA</b>	Universidade de Lisboa
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

RESUMO .....	viii
INTRODUÇÃO .....	1
1. INCLUSÃO: UM CAMINHO DE SUPERAÇÃO E CONQUISTAS POR MEIO DO DIREITO E DE LEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	18
1.1. A Inclusão: perspectiva histórica para sua concretização enquanto direito e políticas de acesso à escola pelas pessoas com deficiências.....	23
1.2. A Inclusão: Educação Especial, Educação Inclusiva e as consequentes legislações para as pessoas com deficiência.....	30
1.3. A inclusão: relação entre a escola e o acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas com deficiências.....	46
1.4. A Inclusão no Mercado de Trabalho: a esfera privada e pública às pessoas com deficiências.....	57
1.5. A Inclusão no Ensino Superior: um caminho recente à Lei e à práxis organizacional.....	73
2. A INCLUSÃO EM PORTUGAL: RETRATO, POLÍTICA E PRÁXIS PARA O ACESSO AO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR E AO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	82
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	101
3.1. Participantes da Pesquisa.....	102
3.2. Fontes de Evidências.....	105
3.3. Custos.....	108
3.4. Protocolos de Estudos.....	109
3.5. Procedimentos para coleta de dados.....	110
3.6. Procedimentos para análise dos dados.....	113
3.7. Intercorrências da pesquisa.....	114
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	117
4.1. Análise Documental e Caracterização das Universidades.....	117
4.1.1. UNESP.....	117
4.1.2. UFSCar.....	120
4.1.3. UNIVERSIDADE DE LISBOA.....	122
4.2. Entrevistas.....	128
4.2.1. Percepções sobre a Inclusão.....	128
4.2.2. O caminho para se identificar as pessoas com deficiência na universidade pública.....	133
4.2.3. O ingresso, acesso e permanência do servidor com deficiência na universidade pública.....	139

4.2.4. A política e a gestão da universidade pública para com as pessoas com deficiências .....	144
4.2.5. O trabalhador com deficiência na universidade pública.....	156
4.3. Questionário .....	159
4.3.1. Parte 1 - Caracterização dos Participantes com Deficiência.....	159
4.3.2. Parte 2 - Conhecimentos gerais sobre a deficiência .....	168
4.3.3. Parte 3 - Escola e trajetória escolar (na perspectiva pessoal e geral)...	171
4.3.4. Parte 4 - O Mercado de Trabalho e o Trabalho na Universidade (na perspectiva geral, pessoal e na universidade).....	191
4.3.5. Parte 5 - Outras Perspectivas.....	217
CONCLUSÃO .....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	230
ANEXOS .....	243
APÊNDICES.....	246

## INTRODUÇÃO

A história das pessoas com deficiências é marcada pelo preconceito e pela exclusão. De acordo com Mazzotta (2005), no século XX – com as guerras mundiais – várias pessoas, sobretudo aquelas com deficiência, foram caçadas e mortas. Ao final deste período, em virtude do número de mutilados e com os “heróis das guerras” que voltaram para casa, alguns avanços legais foram necessários para melhor acolher e garantir extensão dos direitos para todos os cidadãos (BOBBIO, 2004). A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>1</sup>, neste sentido, superou diferenças de raça, de credo e de condição física ou psíquica.

Embora no pós-guerra exista uma preocupação explícita à condição humana – respeitando a liberdade e a igualdade de direitos – a garantia efetiva da Lei, mesmo às pessoas com deficiência é posta em questão. Habermas (1998) contesta a validade das legislações, pois aponta que há na sociedade constantes entraves para manutenção da ordem.

Neste sentido, a conquista do direito à Inclusão da pessoa com deficiência, seja na sociedade ou em universos específicos, como, a escola ou mesmo o mercado de trabalho; foi uma ação lenta e gradual.

No que tange à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o assunto só foi mais bem compreendido em dispositivos legais a partir dos anos 1990 em todo o mundo, ou seja, quase após 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

No Brasil, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que sofreu atualizações por meio da Lei Federal n.º 12.793/2013 (BRASIL, 2013), tratou capítulo específico para as pessoas com deficiência, fazendo referência à Educação Especial como modalidade de ensino. Após praticamente 20 anos desta lei é importante reconhecer o avanço do número de matrículas e o acesso de alunos com deficiências nas escolas

---

<sup>1</sup> O Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos humanos diz que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade (ONU, 1948).

públicas brasileiras. Por outro lado também é inerente ao universo escolar os questionamentos feitos a partir desta lei, pois um dos reflexos na atualidade é divisão da opinião pública sobre a inclusão ou não deste público na escola.

Numa sociedade que se pauta por princípios liberais e capitalistas, a escola (obrigatória) é um caminho a todas as pessoas, pois ao final de um ciclo educativo, as pessoas estão, em tese, aptas a ingressarem num outro ambiente – o do mercado de trabalho. Dado isso, torna-se pertinente conhecer as condições de inclusão nestes espaços (escola e trabalho), pois em ambos é possível compreender e avaliar a qualidade de inclusão nas trajetórias de vida das pessoas com deficiências.

Seria a inclusão das pessoas com deficiência hoje a melhor maneira de assim fazê-lo? Teria a pessoa com deficiência a percepção de melhorias à sua condição pessoal? As leis contemplam, de fato, as necessidades básicas da pessoa com deficiência? Enquanto sociedade, estaríamos disponíveis a fazer alterações necessárias nas nossas práticas cotidianas para melhor lidar com este público?

Manzini (2008) ressalta que a inclusão das pessoas com deficiências ocorre de maneira ampla, ou seja, não corresponde apenas à escola ou ao trabalho, mas sim a outros ambientes. Dado isso, qualquer ação efetiva, nesta direção, deriva de atitudes atentas às necessidades individuais com perspectivas, além do acesso, à permanência, garantindo condições adequadas para, por exemplo: a conclusão dos estudos ou mesmo a realização de trabalhos. Em outras palavras, a inclusão deve ir além de um respeito particular ou pessoal, ela deve ser integral, a pessoa com deficiência e a sociedade devem se relacionar de modo natural, o que significa desconstruir a prática da exclusão (BIZELLI; SOUZA, 2014).

O presente estudo dá continuidade ao que foi realizado por Candido Pereira (2010) em seu mestrado. Candido Pereira (2010) buscou compreender a relação entre trajetória escolar e inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho. Para isso, identificou pessoas com deficiências empregadas em empresas que pudessem, por suas experiências, relatar qual a percepção de sua trajetória escolar e as impressões acerca da inclusão na



escola e no trabalho. Isso permitiu fazer reflexão sobre o processo de inclusão, por meio de conquistas históricas e promoção de leis<sup>2</sup>.

O estudo de Candido Pereira (2010) identificou que, no que tange à inclusão na escola, ainda há a ocorrência do preconceito e da discriminação. Em vista disso, os espaços escolares não se encontravam preparados para atender pessoas com deficiência, seja por questões estruturais, pedagógicas ou mesmo por carência de profissionais capacitados. Sobre o trabalho, também foi identificada a ocorrência de preconceito e discriminação. Nele, porém, as pessoas com deficiência se sentiam agentes de transformação em decorrência de mais flexibilidade a mudanças estruturais e conjeturais em contraposição a escola. No que tange à relação entre escola e trabalho, os dados revelaram que há descontinuidade, pois, para as pessoas com deficiências, a ideia de que apenas a escola prepara para o mercado de trabalho não é aceita, seja pelo fato de acreditarem que ela não seja realmente suficiente, ou por perceberem que não lhes é exigido muito mais que isso.

O estudo de Candido Pereira (2010) apresentou dentre os resultados a possibilidade de aprofundar o tema, bem como permitiu concluir que relação entre escola e mercado de trabalho cria uma imagem positiva na percepção das pessoas com deficiência, uma vez que, é a escola que abre a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Em continuidade àquele estudo e, para a realização deste, destaca-se a participação no projeto “Acessibilidade no Ensino Superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão”, tutelada pelo Observatório Nacional de Educação (OBEDUC/CAPES) presente na UNESP, campus de Marília-SP (Edital 49/2012). Neste projeto, por meio de debate em eventos e encontros foi possível dar sequência as questões anteriores sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

Dado o percurso, houve por pretensão, manter a ideia anterior, sobre a trajetória escolar das pessoas com deficiência na relação escola e trabalho, porém, com uma nova perspectiva: a de se conhecer o mercado de trabalho no

---

<sup>2</sup> O estudo pode ser acessado em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/99270>

setor público, fazendo o recorte para o espaço universitário, local que em tese, deve estar mais atento a tais questões sobre inclusão, por ser o berço da teoria e práxis destas práticas.

Numa etapa já adiantada do estudo, houve a obtenção de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE CAPES) para um período de intercâmbio em Portugal. Isso possibilitou conhecer as experiências sobre a inclusão das pessoas com deficiência no citado país. Assim, em Portugal, foi possível conhecer aspectos sobre a inclusão, que aqui foram descritos, mas não comparados. Num primeiro momento até foi pensado a comparação entre os países, mas na prática, a descrição se justificou pela diferença na cultura, metodologia e a própria forma de lidar com a pessoa com deficiência pelos dois países. Ressalta-se que a parte portuguesa estará, então, em capítulo à parte.

A base quantitativa do presente estudo partiu do pressuposto dos números governamentais para se conhecer o todo da população com deficiência no Brasil e em Portugal, bem como, mapeamento de produções acadêmicas. Tais informações permitiriam perceber o universo de pessoas com deficiência que estariam inseridas nas universidades em atividade laboral. Ressalta-se que os números oficiais, se constituem como fonte geradora de dúvidas devido a forma de abordagem à população, mesmo em vista do tempo de atualização dos dados e a própria maneira de se conceituar deficiência. A parte qualitativa, por sua vez, deriva daquilo que se coletou pelos instrumentos: questionários e entrevistas.

Dado o exposto, o último censo brasileiro foi publicado no ano de 2012<sup>3</sup> (IBGE, 2012). Naquela época existiam 45.606.048 pessoas com alguma deficiência ou limitação<sup>4</sup>. Isso significa 23,9% da população total brasileira com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, mental ou intelectual). As mulheres são maioria 25.800.681 (26,5%), sendo 19.805.367 (21,2%) homens. As pessoas com deficiência vivem mais na área urbana (38.473.702) do que na rural (7.132.347).

---

<sup>3</sup>Com dados até o ano de 2010.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que no censo anterior (2000), existiam 24 600 256 pessoas com deficiência, o que equivalia 14,5% da população nacional. Portanto houve um aumento de 12,4 pontos percentuais. O próprio IBGE (2012) justifica que o aumento pode ser explicado por conta das mudanças metodológicas para pesquisa.

A deficiência visual apresentou a maior incidência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora/física, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. (IBGE, 2012).

Ainda de acordo com o IBGE (2012), os direitos humanos são assegurados a todos os brasileiros com deficiência e para esse grupo são desenvolvidos programas e ações do Governo Federal e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência<sup>5</sup>. Existem programas voltados a todas as faixas etárias e tipos de deficiência, tal como o Benefício da Prestação Continuada (BPC)<sup>6</sup>. No entanto, o foco primário das políticas públicas é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa, ou seja, o dado sobre 23,9% da população brasileira é ilusório, uma vez que, as deficiências não são totalmente consideradas como severas. Neste sentido, o contingente de pessoas identificadas por possuir deficiência severa foi calculado no Censo pela soma das respostas positivas às perguntas como “tem grande dificuldade” e “não consegue de modo algum”.

Segundo o IBGE (2012), então: 8,3% da população brasileira possui deficiência apresentava pelo menos com um tipo severo, sendo: 3,46% com deficiência visual severa, 1,12% com deficiência auditiva severa, 2,33% com deficiência motora severa e 1,4% com deficiência mental ou intelectual. Das 45.606.048 de pessoas com deficiência 7,6% são totalmente surdas, 1,62% não conseguem se locomover e 1,6% são totalmente cegas.

Vale ressaltar que a compreensão do IBGE quanto a deficiência se mostra bastante confusa, pois em dado momento considera totalidade e em outro a especificidade. Se há uma redução de 23,9% da população com deficiência para 8,3% com deficiência severa fica a questão: porque o IBGE

---

<sup>5</sup> <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>

<sup>6</sup> O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas Para mais informações acesse:

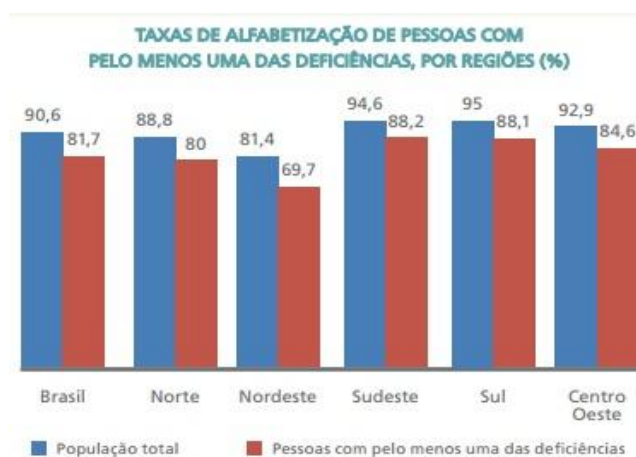
[www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc).

não se organiza para coletar e fornecer dados mais fidedignos e que pautaria melhor os debates aos estudiosos do público com deficiência?

Quanto à Educação, o IBGE (2012) apresenta dados sobre três aspectos:

- 1) Taxa de alfabetização;
- 2) Taxa de escolarização;
- 3) Nível de instrução.

É importante a compreensão destes fatores porque se relacionam intrinsecamente a relação escola e trabalho, portanto, serão apresentados cada um deles. A começar pelo que trata a próxima figura.



**Figura 1:** Taxas de alfabetização de pessoas com pelo menos uma das deficiências. (IBGE, 2012).

A taxa de alfabetização, como demonstra a figura 1, mede o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples em seu idioma. Assim, a taxa para a população total foi de 90,6%, enquanto a do segmento de pessoas com pelo menos uma das deficiências foi de 81,7%.

Ainda na figura 1, de modo regional, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam as menores taxas de alfabetização, tanto para as pessoas com ou sem deficiência. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram maior incidência com 94,6%, 95% e 92,9% respectivamente. A maior diferença entre as taxas de alfabetização entre a população total e da

população de pessoas com deficiência ocorreu na Região Nordeste, em torno de 11,7%. A menor diferença foi observada na Região Sul, de 6,9 pontos percentuais.

Isso significa na perspectiva do IBGE que a maioria da população, inclusive a que tem pelo menos um tipo de deficiência, tem grau mínimo de alfabetização.

A taxa de escolarização é a percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. O ensino obrigatório no Brasil começa com a matrícula da criança aos seis anos de idade e tem duração de doze anos. A taxa de escolarização foi calculada para o grupo etário total de 6 a 14 anos, tanto para o segmento das crianças com pelo menos uma das deficiências como para o grupo que não possui qualquer. A figura 2 exibe este panorama.



**Figura 2:** Taxas de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, para as pessoas com deficiência, por Brasil e regiões (%). (IBGE, 2012).

Pelo exposto, a taxa de escolarização foi relativamente uniforme tanto entre as regiões nacionais como entre os dois segmentos da população. As taxas mais baixas ocorreram na Região Norte, tanto para o segmento das pessoas sem nenhuma das deficiências (94%) quanto para as pessoas com pelo menos uma das deficiências (93,3%). A maior taxa de escolarização é a da região Sul (97,4%). O Centro Oeste é a região com mais taxa de escolarização entre as pessoas com deficiências (95,7%). Por ser um indicador

que trata informações de mesma faixa etária encontra-se a maior diferença entre a população total e a população com deficiência na Região Sul (2,4%).

Na realidade tais números podem sofrer maiores discrepâncias em virtude do sistema de progressão continuada.

O nível de instrução, de acordo com o IBGE (2012) mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo. Como exibido na figura 3, a população com deficiência possuía 14,2% de sujeitos com o fundamental completo, 17,7%, com o médio completo e 6,7% possuíam ensino superior completo. Seria possível afirmar que as recentes políticas adotadas pelo Governo para a Educação Básica estariam surtindo efeito se 61,1% (e mais os 0,4% não determinados) não fosse a maioria dos que se apresentam sem instrução ou nível fundamental incompleto.



**Figura 3:** Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução. (IBGE, 2012).

Por se tratar do acesso ao trabalho no setor público, uma carreira condicionada a alto nível de instrução ou escolarização, percebe-se que identificar pessoas com deficiências neste universo não seria tarefa simples.

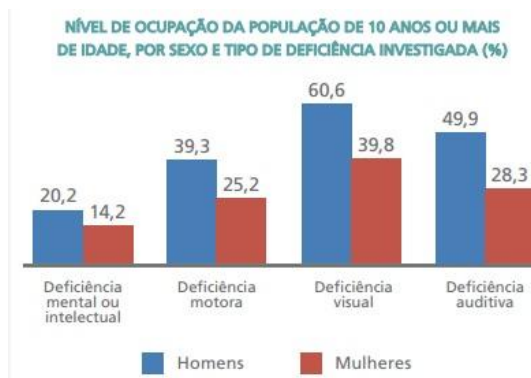
Adentrando, então ao tema deste estudo, segundo o IBGE (2012) a participação das pessoas com deficiências no mercado de trabalho é baixa quando comparada às pessoas sem deficiência. Do total de 86,4 milhões de pessoas, em idade de ocupação, o IBGE previa 20,4 milhões de vagas às pessoas com deficiência. Pergunta-se: realmente existiria esta quantidade visto a informação de totalidade populacional no país ser destoante?

Mesmo assim, o IBGE apontava projeção de 44.073.377 pessoas com pelo menos uma deficiência em idade ativa, mas 23,7 milhões não estavam ocupadas. Tal como na Educação, o Censo faz algumas análises específicas quanto aos seguintes temas ao mercado de trabalho:

- 1) Nível de ocupação,
- 2) Taxa de atividade,
- 3) Rendimento no trabalho,
- 4) Categorias de emprego e colocação
- 5) Salário.

O nível de ocupação mede o percentual de pessoas em idade laboral (16 aos 65 anos de idade) que estão ocupadas no mercado de trabalho. Para o total da população com deficiência, o nível de ocupação foi de 57,3%. No que tange à gênero, destes 37,8% são homens e 19,5% são mulheres. O que indica que para além da deficiência, quando é uma pessoa nesta condição é do sexo feminino a tendência é estar ainda mais excluída do mercado de trabalho.

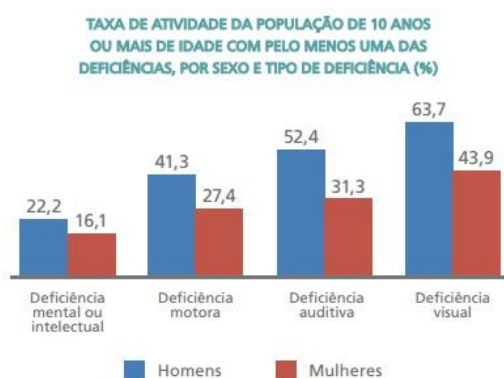
Com relação a diferença entre homens e mulheres e somando o fator, tipo de deficiência, pode se observar na figura a seguir, a seguinte diferença em pontos percentuais: 6% para a deficiência intelectual; 14,1% para a motora, 21,6% para auditiva e 20,8% para a visual.



**Figura 4:** Nível de ocupação da população em idade ocupacional, por sexo e tipo de deficiência investigada (%). (IBGE, 2012).

A taxa de atividade é um dos indicadores usados para medir a inserção das pessoas no mercado de trabalho. É esta taxa que afere o percentual de pessoas economicamente ativas na população em idade funcional. No último censo, para as pessoas com pelo menos uma das deficiências, essa taxa era

de 60,3%. Entre os homens e as mulheres havia uma diferença de 18,6 pontos percentuais. Na comparação por gênero, as mulheres apresentaram as menores taxas de atividade para todos os tipos de deficiência. Quanto aos tipos de deficiência a figura a seguir exhibe o cenário do último censo:



**Figura 5:** Taxa de atividade da população em idade ativa com pelo menos uma das deficiências, por sexo e tipo de deficiência (%). (IBGE, 2012).

Como pode ser observado, a menor taxa aconteceu no segmento das pessoas com deficiência mental ou intelectual, tanto para os homens quanto para as mulheres, cujos valores foram 22,2% e 16,1%, respectivamente. A deficiência motora foi a segunda mais restritiva, com taxas de 41,3% para os homens e 27,4% para mulheres. Em terceiro lugar ficou a deficiência auditiva, com 52,4% para homens e 31,3% para mulheres. A deficiência visual foi a menos restritiva, apresentou taxa de 63,7% para homens e 43,9% para mulheres. Com exceção da deficiência mental ou intelectual, cuja diferença entre as taxas para homens e mulheres foi de 6,1%, as diferenças entre as taxas de atividade para as demais deficiências foram altas, de 13,9% para a motora, 21,1% para a auditiva e 19,8% para a visual. Ou seja, ainda é raro os casos em que se identifiquem pessoas com deficiência intelectual no trabalho.

No que se refere a rendimento no trabalho, a educação é usada como fator de medida. Para isso, número de anos de estudo ou por níveis de ensino concluídos, influenciam fortemente a renda dos trabalhadores. É em razão disso que quando ocorrem violações do direito à educação, impedem crianças e adolescentes de frequentar escolas, dificilmente o direito ao trabalho será concretizado ou o trabalho originará renda suficiente para prover uma vida digna.



Nesta direção, com referência às categorias de emprego e colocação o último censo do IBGE (2012) registrou diferenças na ocupação entre as pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas e as pessoas sem nenhuma delas. No último segmento, 5,9% dos trabalhadores com deficiência estavam empregados como militares e funcionários públicos estatutários, percentual maior do que o de trabalhadores sem deficiência, que era de 5,5%.

Na categoria de empregador, a diferença entre os dois segmentos foi pequena, de somente 0,3 pontos percentuais. Para os trabalhadores do setor informal, sem carteira assinada, a diferença foi de 1,9% maior para as pessoas com deficiência. Na categoria de trabalhador por conta própria, a diferença entre os dois segmentos foi de 23,4 pontos, com 50,8% para os trabalhadores sem deficiência e 27,4% para os trabalhadores com deficiência. Na categoria de empregado com carteira de trabalho assinada, a diferença foi de 9 pontos, como se pode observar na figura.



**Figura 6:** Pessoas em idade funcional segundo a posição de ocupação no trabalho principal (%). (IBGE, 2012).

No que se refere a renda e salário mínimo<sup>7</sup>, a população com deficiência foi maior que a população sem deficiência nas classes de menor rendimento: até 1/2, acima de 1/2 a 1 e na classe sem rendimento. As diferenças percentuais nessas classes foram 3,2%, 2,2% e 3,9%, respectivamente. Na faixa de rendimentos acima de 1 até 2 salários mínimos, havia 29,1% de pessoas com pelo menos uma das deficiências e 33,8% das pessoas sem deficiência, apresentando uma diferença de 4,7 pontos percentuais. As diferenças ficaram menores à medida que a renda nominal aumentou,

<sup>7</sup> Na época do Censo, em 2010, o valor era R\$ 510.

passando para 1,7% para a classe acima de 2 a 3; 1,3% para a classe acima de 3 a 5; 1% na de acima de 5 a 10; 0,5% na de acima de 10 a 20; nenhuma diferença na classe de acima de 20 a 30 salários e 0,1% na classe de mais de 30 salários mínimos. A figura a seguir exibe tais informações.



**Figura 7:** Rendimento nominal do trabalho, pessoas com deficiência ocupadas, em salários mínimos (%). (IBGE, 2012).

O censo do IBGE (2012) não é tão específico em informar a questão laboral em setores, como o público e o privado. Poderíamos então questionar: quantas e quais são as pessoas com deficiência no setor público? Como seriam, com base em tais dados, os estudos sobre a inclusão e a acessibilidade? O que tais dados poderiam revelar frente à realidade nas universidades?

Esses questionamentos ganham força ao se identificar lacunas na bibliografia ou estudos na área do tema (inclusão de pessoas com deficiências no setor público/universidade) que aqui se apresenta. São praticamente inexistentes trabalhos que tratam esta temática. De certo modo, o que se identifica são estudos que apresentam o acesso ou inclusão de alunos com deficiência para estudar na universidade. Outras produções tratam a formação docente, os recursos de acessibilidade, didática e políticas no geral.

Foram identificados alguns trabalhos que partem de uma síntese global de determinados aspectos subjacentes às pretensões deste estudo. Nesta direção, o estudo de Castro (2011) é uma referência para busca de temas ligados a aspectos como ingresso, permanência, acessibilidade e barreiras às pessoas com deficiência.

A pesquisa de Castro (2011) tinha por objeto identificar as ações e iniciativas das universidades públicas quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiências, com perspectivas de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do Ensino Superior. Para isso investigou 13 universidades em diferentes regiões do território brasileiro e chegou a conclusão de que as universidades vêm desenvolvendo ações para esse público, mesmo que ainda de modo insuficiente.

No que tange a estudos sobre a acessibilidade na universidade pública, Morejón (2009) trata a acessibilidade de estudantes com deficiências no ensino superior público do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre os objetivos da autora esteve verificar os recursos disponíveis (humanos, matérias, didático-pedagógicos, adaptações curriculares e arquitetônicas) em relação ao acesso e à acessibilidade e conhecer quais eram as concepções dos professores que atuavam junto aos alunos com deficiência. Alguns dos resultados permitiram constatar, que os movimentos das universidades, começam a ser registrados no sentido de produzir ingresso, acesso, acessibilidade e permanência das pessoas com deficiência, mas em tais locais, ainda há necessidade de mais preparo para atender a demanda.

Outra produção interessante e que dá voz às próprias pessoas com deficiências acerca de suas trajetórias é a produção de Zeppone (2013) que busca conhecer e analisar os caminhos escolares por pessoas com deficiência que concluíram o Ensino Superior, pautadas pelo princípio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A mencionada autora mapeou a produção científica no Brasil sobre pessoas com deficiência no ensino superior entre os anos 2000 e 2010, para isso utilizou dois bancos de dados: o Banco de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. De acordo com os critérios de estudo dela foram identificados 51 trabalhos. Destes 45 são dissertações e 06 teses. Para a autora a diferença nos tipos de produção se justifica pelo menor número de programas de doutorado no país e também pelas pesquisas demandarem mais tempo para conclusão. Somado a isso está

a falta de continuidade de trabalhos do mestrado para o doutorado e também seu conseqüente aprofundamento no tema.

Com relação aos temas levantados por Zeppone (2013) a maioria trata a trajetória escolar dos sujeitos com deficiência no Ensino Superior apresentando aspectos semelhantes ao do trabalho de Castro (2009). A predominância é de trabalhos que tratam características específicas dos discentes universitários. No universo pesquisado pela autora há apenas um trabalho que abordou a inclusão no mercado de trabalho, mas esse não teve por objetivo estudar a universidade, mas sim os efeitos após conclusão do ensino superior ao aluno com deficiência.

Entende-se que, de um modo geral, as temáticas que se referem à inclusão no ensino superior apontam para uma variedade de temas que podem indicar a tentativa não só de compreender o universo acadêmico com o advento da inclusão escolar, mas indicar o impacto da pessoa com deficiência no Ensino Superior e as lacunas para enfrentar os desafios postos.

Para acrescentar conhecimento aos estudos sobre trajetória escolar e inclusão no ensino superior com base em Castro (2011), Morejon (2009) e Zeppone (2013) realizou-se levantamento próprio no Banco de Teses da Capes.<sup>8</sup> Para isso, utilizou-se como descritor o termo: “inclusão no ensino superior”. Dado o exposto, foram identificados 187 registros. Então, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- 1) A área de conhecimento: que foi a educação,
- 2) Trabalhos que não se limitassem apenas a um tipo de deficiência em específico.
- 3) Os títulos e resumos dos trabalhos que abordasse assuntos referentes ao objetivo geral do presente estudo (a inclusão de servidores docentes e não docentes na universidade **pública**, legislações em vigor, relato de trajetórias, relação escola e trabalho).

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que este banco de dados, desde setembro de 2012 passa por reformulações. Neste sentido, à época da redação do presente estudo (março de 2016), só estavam disponíveis as produções referentes aos anos de 2011 e 2012. Não foi possível obter informação de outros anos. A insistência por produções neste banco de dados é em razão de ser o canal oficial da CAPES acerca das produções da pós-graduação do país.

Dado tais critérios não foi identificado nenhum que tratasse especificamente o tema deste estudo. Não houve qualquer trabalho que tratasse inclusão de pessoas com deficiência na perspectiva do servidor não docente da universidade. Na ótica do docente, por sua vez, muitos trabalhos surgiram sobre o lidar com o aluno com deficiência. Numa outra perspectiva houve vários trabalhos que trataram a inclusão no ensino superior sob a ótica de políticas governamentais como as cotas, provindas do REUNI e do PROUNI. Também foi inexistente qualquer trabalho que fizesse menção a relação escola e trabalho, bem como as trajetórias pessoais dos participantes.

Quando os trabalhos falavam sobre inclusão das pessoas com deficiências abordavam a perspectiva da inclusão na ótica só do aluno, só do professor, ou mesmo ambos, ou acerca de questões como: acessibilidade arquitetônica, plataformas virtuais de aprendizagem, experiências de instituições específicas, etc. Para os efeitos da busca realizada foram encontrados dois trabalhos que falam sobre política de inclusão ou política inclusiva.

Por meio de tais buscas concluímos que o levantamento bibliográfico mostra a existência de trabalhos ligados à Inclusão no Ensino Superior, porém com lacunas no que tange à Universidade Pública. É praticamente inexistente algum estudo que se dedique ao tema na ótica dos servidores, salvo na ótica dos docentes e discentes. Logo, também não se encontraram produções que se referiam à política, gestão ou administração da Inclusão na Universidade. Dessa maneira, o presente estudo se justifica e se propõe como aspecto inovador.

Com base, então, nos pressupostos iniciais, nos estudos anteriormente realizados, na participação do projeto “Acessibilidade no Ensino Superior”, na literatura disponível, nos números oficiais (Censo 2012) e no panorama atual de estudos e produções acadêmicas sobre a inclusão da pessoa com deficiência esse estudo apresenta as seguintes inquietações:

- I. Como é o mercado de trabalho para as pessoas com deficiências na esfera pública, sendo o foco a universidade?

- II. Como a universidade pública, sua gestão ou administração, garante o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência, em especial a seus servidores docentes e não docentes?
- III. Como o servidor docente e não docente de universidade pública avalia a sua trajetória inclusiva, tanto na escola, como no mercado de trabalho?

Dado isso o estudo apresenta a seguinte **hipótese de tese**: a de que apesar da existência de legislações, como a Lei de Cotas (BRASIL, 1991) e a LDBEN (BRASIL, 1996), as IES, especialmente as públicas, estão despreparadas para incluir as pessoas com deficiência, especialmente seus servidores.

Com isso, propõe-se conferir na universidade pública como é que ela esta lidando com as questões da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências. Em razão disso faz-se seguinte **questão de pesquisa**:

Nas percepções dos servidores docentes e não docentes da Universidade Pública: qual a relação que se permite ter entre as políticas de inclusão na escola e no trabalho e a efetividade delas para o ingresso, acesso e permanência no Ensino Superior Público?

Para responder às questões de pesquisa, estabeleceu-se como **objetivo geral**: identificar e descrever o processo de inclusão de servidores docentes e não docentes com deficiência que trabalham na universidade pública, bem como, avaliar neste espaço, as ações realizadas por meio da legislação em vigor com o relato das trajetórias de vida advindas dos participantes.

Em adendo a isso, ainda com tal público, são os **objetivos específicos**:

- Descrever e analisar o impacto das leis de inclusão às pessoas com deficiência;
- Descrever e analisar a relação entre a escola e o trabalho no setor público por meio das trajetórias dos participantes;
- Identificar e analisar a política, administração e gestão da Universidade para com seus servidores com deficiências.

Buscando respostas para essas questões dividiu-se o estudo em quatro capítulos.

Para além da presente *Introdução*, onde se apresenta os aspectos gerais das pessoas com deficiência no Brasil e a justificativa para realização do estudo, o primeiro capítulo trata a **Inclusão**. Para isso o mesmo está exposto em cinco tópicos. O primeiro apresenta um panorama histórico da deficiência. O segundo aprofunda o aspecto da relação entre escola e educação especial com base nas leis. O terceiro trata a relação escola e o mercado de trabalho. O quarto aborda as semelhanças e diferenças entre a escola e o mercado de trabalho. O último recai sobre Inclusão no Ensino Superior.

O segundo capítulo descreve (e não compara) a realidade acerca do processo inclusivo em Portugal. Nele foram apresentados aspectos semelhantes ao da parte brasileira, tratando a Inclusão nas legislações portuguesas onde os assuntos: escola, trabalho e universidade, puderam ser identificados. O terceiro capítulo exhibe o percurso metodológico do estudo. O seguinte (quarto) expõe as análises e os resultados. Na sequência está o capítulo com as conclusões, as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos.

Logo, o estudo que aqui se apresenta surge da necessidade social de ampliar as discussões, os processos investigativos e as ações, atentando para as condições de acessibilidade (ingresso, permanência e sucesso) dos servidores públicos do ensino superior.

O que se pretende, assim, é ampliar os debates sobre a inclusão no ensino superior, refletindo por meio da experiência das próprias pessoas com deficiências, neste caso servidores públicos docentes e não docentes, as alternativas necessárias para melhor incluir socialmente.

## CONCLUSÃO

Construir uma trajetória de estudos ligada à inclusão e às pessoas com deficiência não permite que se saia ileso; ao contrário, o pesquisador adquire maior sensibilidade a várias questões que estão esboçadas tanto na teoria quanto na prática de ações cotidianas. Ao notar um prédio, uma construção ou mesmo uma loja, não há como não se ter em mente como, de que maneira, uma pessoa com diferentes limitações poderia apropriar-se daquele espaço ou mesmo, quais ações poderiam ser tomadas para melhor receber tais usuários.

Confunde-se o pesquisador da Academia com o militante da causa **acessibilidade**, perdem as cores que separam o autor dos atores sociais em luta na sociedade pela concretude dos direitos cidadãos, pelos direitos à cidade (BIZELLI, 2013). No âmbito pessoal, o que motiva é certa ansiedade de – para além da análise científica – compreender situações, elaborar soluções criativas, caminhos alternativos, administrar novas possibilidades de acesso e permanência à vida cidadã, criticar morosidades que impeçam a superação dos limites que deficientes sentem no cotidiano.

Assim, uma das afirmações que se pode fazer ao final deste estudo é a de que não basta pensar na pessoa com deficiência que vive na sociedade por meio da acessibilidade, há que se reivindicar a ideia da apropriação da vida cotidiana através da usabilidade dos instrumentos públicos de equidade.

Conhecer a legislação é fundamental, já que o universo legal espelha um universo rico de sugestões advindas de todos que lidam com a deficiência. São imprescindíveis as trocas de experiências e o conhecimento de modelos diferenciados de tratar a questão, como foi possível perceber na vivência das realidades concretas de Brasil e Portugal, oportunizando um conhecimento ímpar, agregando valor na formação profissional do pesquisador e no desenvolvimento estratégico de possíveis ações.

Na universidade pública, tanto no Brasil como em Portugal, o ingresso da pessoa com deficiência ao quadro de servidores ocorre apenas por meio de concurso público, ou seja, através de postos que advém da reserva legal de



vagas. Isso de certo modo não ocorre com os docentes, uma vez que, pelo quantitativo mínimo, as leis muitas vezes deixam de ser aplicadas.

A participação concreta dos profissionais que participam da vida em instituição universitária nesta pesquisa permitiu observar vários aspectos importantes que indicam a sobrevivência de uma cultura organizacional que zela mais pelos procedimentos formais que pelas relações humanas no ambiente de trabalho. É preciso apontar que houve uma boa vontade em contribuir para o estudo, mesmo quando os participantes declinaram da participação direta.

A metodologia utilizada mostrou-se adequada para a realização deste estudo. Neste sentido, no que tange aos instrumentos de coleta de dados, os documentos oficiais, para além de apresentarem as universidades mostram que muito pouco é feito para atender às demandas das pessoas com deficiência.

Apesar de todas as universidades apresentarem um número considerável de servidores docentes e não docentes, mesmo sabendo das dificuldades em obter dados fidedignos daqueles que possuem deficiências; há poucas políticas administrativas voltadas a permitir condições equânimes de realização profissional. Fica demonstrada a necessidade urgente de a universidade rever procedimentos administrativos, tais como o ingresso, o acesso e a permanência de deficientes no trabalho.

Na UNESP, a política de descentralização para a obtenção de dados junto a cada unidade da universidade foi um dificultador. Certamente trabalhos como este podem ajudar uma instituição que, hoje, não tem tempo para organizar e sistematizar dados estratégicos para direcionar suas próprias políticas administrativas. Na UFSCar e na ULISBOA há uma resistência muito grande em fornecer informações sobre seus servidores. É reconhecida e respeitada a política interna que controla o fornecimento de informações sobre seus servidores, mesmo porque a abordagem despreparada dos envolvidos pode causar transtornos. No entanto, em virtude dos questionamentos terem sido realizados por procedimentos formais, com envio de correspondência oficial, a resistência organizacional foi vencida, o que não significou, porém, que os respondentes tenham se empenhado com o preenchimento e o envio

das respostas do questionário, mesmo tratando-se de uma pesquisa acadêmica. De qualquer forma, o importante é que as universidades participaram com o que puderem fornecer de dados.

O objetivo geral do trabalho foi contemplado, já que foi possível identificar e descrever o processo de inclusão de servidores docentes e não docentes com deficiência que trabalham na universidade pública dentro da amostra: uma estadual, uma federal e uma internacional. Assim também, foi possível avaliar nestas instituições as ações realizadas por meio da legislação em vigor com o relato das trajetórias de vida advindas dos participantes.

Como estudado no capítulo sobre a produção do conhecimento, estudos que tratam a inclusão no ensino superior se mostravam inexistentes. A esta altura pretende-se que existam outros, pois caso negativo, este que aqui se apresenta é inovador ao campo da educação, educação especial e política e gestão educacional.

Os objetivos específicos também foram contemplados, pois foi possível descrever e analisar o impacto das leis de inclusão nas pessoas com deficiência tanto no Brasil, como em Portugal. Houve a descrição e análise da relação entre a escola e o trabalho no setor público por meio da trajetória dos participantes e também foi identificado e analisado a política administrativa e a gestão da universidade para com os seus servidores com deficiências.

As entrevistas realizadas com os servidores não docentes, responsáveis pelos setores de recursos humanos e administração da universidade foram positivas. No caso português a participação de um servidor não docente, com deficiência visual, foi um aspecto positivo, pois permitiu ponderar argumentos. Destarte a isso, no que tange a inclusão, pelas opiniões dos participantes, a inclusão tem se efetivado porque tal público está tendo mais visibilidade na sociedade, seja por imposição legal ou não está permitindo uma mudança de paradigma cultural. Os participantes afirmaram sentir mudanças no convívio com tal público na universidade. Mesmo o servidor com deficiência em Portugal, reconhece boa vontade por parte dos colegas deixando também a sua parte de expectativa por melhorias nas condições de inclusão por parte da administração da universidade.

No caminho para identificação das pessoas com deficiência nos setores de recursos humanos da universidade pública, todos, de certa maneira, delegaram ações a outras instâncias ou pessoas. Foi possível apurar que, na organização da universidade há carência de modelos ou parâmetros de ações. Nada está pensado para seus servidores com deficiências, todos se esforçam para compensar a inexistência de procedimentos para enfrentar as diferenças existente entre os trabalhadores.

Quanto ao ingresso, acesso e permanência das pessoas com deficiência no serviço da universidade pública é respeitada a questão legal, pois funciona na prática. Sobre o acesso e a permanência deste público no trabalho, nem sempre avaliam como satisfatório em virtude das barreiras de toda ordem (SASSAKI, 2006). A permanência, assim, depende de vários fatores.

A política e a gestão da universidade para as PCD não acontecem de maneira estruturada. As mudanças acontecem pelas contingências e pelas demandas, em alguns casos por estratégias cotidianas. Os serviços de reabilitação profissional que funcionam tanto no Brasil, como em Portugal, são exceções, pois contemplam a incapacidade e os acidentes em serviço. Como mencionado, existe sim falta de ações para a universidade preparar o recebimento e a permanência da pessoa com deficiência em seu interior. Isso acontece no plano macro, nas políticas e mesmo na gestão. Muito disso se dá em virtude de que se tem desconhecimento da deficiência.

Com relação ao servidor com deficiência na universidade pública este observa possibilidades de melhoria, mas gostaria de ser mais ouvido e ter sua opinião mais respeitada no que concerne à inclusão de pessoas com deficiências.

O uso do questionário aplicado apenas com os servidores públicos docentes e não docentes, na etapa brasileira, revela aspectos muito importantes. Em alguns casos contemplou a opinião dos servidores do estudo anterior, do mercado de trabalho na esfera privada, o que permite pensar no desenvolvimento de futuras pesquisas.

Os participantes com deficiências do Ensino Superior já possuem, quase na totalidade, experiência anterior de trabalho e também possuem alto nível de

escolaridade. De modo geral, as deficiências foram adquiridas ou na infância ou em razão de acidentes, o que justifica a maioria possuir deficiência física e terem vivenciado a escola por meio das limitações pessoais. Os homens foram maioria. Sobre o conhecimento das leis, por ser um público com alta escolaridade, têm mais consciência cidadã.

Com relação a escola e a trajetória escolar, as opiniões gerais mostram que os participantes não veem a escola pública e particular preparadas para receberem as pessoas com deficiência, bem como julgam que não deveriam as pessoas com deficiência estudar apenas na escola regular ou na especial e nem tão pouco estudar em ambas paralelamente. Isso mostra que a própria população com deficiência, deste estudo, parece desconhecer o processo de inclusão na escola, pois não veem o espaço escolar como preparado para receber a pessoa com deficiência, assim como parecem ter certa desconfiança sobre onde e qual ser a opção ideal para estudo. Consideram ainda que as escolas não estão aptas a permitir o ingresso na universidade por meio de vestibular e de modo meio equilibrado nas opiniões o mesmo ao mercado de trabalho. Assim, a escola para a pessoa com deficiência, apesar dos avanços legais, encontra-se com dificuldades em melhor atender, na opinião deste público.

Com relação à escola e trajetória escolar, numa perspectiva mais pessoal, percebeu-se que a escola tem recebido leis inclusivas e que esse processo ainda causa confusão sobre o tipo ideal de escola, se a escolarização deve ser na esfera pública ou particular ou mesmos nas escolas e instituições especializadas. Os participantes, tal como na perspectiva geral, mostram divisão de opinião ao reconhecer a escola como lugar importante na obtenção de emprego. A trajetória escolar dos participantes, ainda aponta, que os professores sabiam lhes ensinar, que suas diferenças eram respeitadas, mas que a permanência e o acesso a essa instituição ocorriam apesar das barreiras físicas e arquitetônicas.

Com relação ao mercado de trabalho, na perspectiva geral, os participantes reconheceram que a legislação não é apenas um artefato definidor para a empregabilidade das pessoas com deficiência, mas sim é um instrumento válido para a reserva de vagas em concurso público. Sentem,

ainda, os participantes que existem preconceito e discriminação no trabalho, os altos cargos são possíveis de serem galgados e a esfera pública não está preparada para recebê-los.

Na perspectiva pessoal, consideram como positivo serem valorizados e têm satisfação no atual emprego, mesmo que não se sintam sempre contemplados em seus assuntos ou mesmo por não terem o posto de trabalho acessível da maneira desejada. Numa ótica negativa apontam que gostariam de ser mais consultados sobre como poderiam melhorar sua produtividade. Em nível menor de negatividade, na verdade por desconhecimento, está a desinformação da Comissão e/ou núcleos de Acessibilidade.

Com relação ao próprio trabalho na universidade, os participantes concordam que a universidade poderia melhorar as adaptações e oferecer mais recursos de informática, recursos visuais e sonoros, vagas de estacionamento e intérpretes em LIBRAS. Além disso, apontam e avaliam como positivo a possibilidade de realização de formações para lidar com as pessoas com deficiências, bem como se sentem disponíveis para contribuir com as decisões da universidade no caso de serem consultadas e ouvidas.

Sugere-se às universidades pesquisadas que tratem com mais cuidado a informação sobre a deficiência entre seus servidores. Tais ações podem ser contempladas com procedimentos básicos como um guia de orientações a toda comunidade de servidores, no site da instituição e cursos de capacitação ou formação continuada. Somado a isso, é importante observar a forma de organizar dados sobre seus servidores com deficiências, pois isso permite que qualquer gestor obtenha um panorama para decisões orçamentárias e invista em melhores adaptações antes de custos expansivos, ao serem surpreendidos pela demanda.

A hipótese deste estudo se confirmou, ou seja, a universidade não está preparada para lidar com a política e a gestão de pessoas com deficiência, pois isso não vem se efetivando de maneira organizada. A inclusão no ensino superior e as ações pós LDB ainda não se concretizaram de maneira efetiva na práxis, apesar dos avanços.

Espera-se que as contendas aqui propostas possam colaborar com a área da Educação e as mais diversas áreas que estão aqui condensadas, mas, principalmente, que indiquem alternativas viáveis para melhorar o cotidiano das pessoas com deficiências, servidores docentes ou não docentes, alunos ou comunidade externa: público em geral da universidade pública no Brasil e em Portugal. Deseja-se que, o resultado desta pesquisa seja divulgado e que busque influenciar as autoridades na mudança de rumos para a melhoria da inclusão das pessoas com deficiências, bem como propicie melhoria na qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, S. M. V. A. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais**: Estudo exploratório sobre a inclusão no Ensino Superior. Funchal, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia da Educação, Universidade da Madeira, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.uma.pt/bitstream/10400.13/330/1/MestradoSuzeteAbreu.pdf>> Acesso em: 29 ago.2014.
- AMARAL, L. A. Falando sobre o trabalho da pessoa portadora de deficiência. In: **A questão do trabalho e a pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: REINTEGRA, 1993. 22p. apost.
- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, nº. 21, março, 2001, p. 160-173.
- AYUSTE, A., FLECHA, R., LÓPEZ, F., LLERAS, J. **Planteamientos de la pedagogía crítica**, Ed. Graó, Barcelona. 2003.
- BALEOTTI, L. R. **Um estudo do ambiente educacional inclusivo**: descrição das atitudes sociais em relação à inclusão e das relações interpessoais. Marília, 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência**: utopia ou realidade? São Paulo: Paulus, 2006.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Ed. Paidós, 1998.
- BENZE, B. G. Metodologia Científica e Estatística. In: SOBRINHO, F. P. N.; NAUJORKS, M. I. **Pesquisa em Educação Especial: o desafio da qualificação**. Bauru: EDUSC, 2001.
- BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papirus, 1998 (Série Educação Especial), p. 21-51.
- BIZELLI, J. L.; SOUZA, C. B. G. (Org.) **Caminhos para a Escola Inclusiva**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-educacao-escolar-n.21.pdf>>. Acesso em: 20.jun.2015.
- BIZELLI, J. L.; MACHADO, F. O. A audiodescrição na TV digital brasileira: ações e não ações de uma política. In: MARTINS, S. E. S. de O.; GIROTO, C. R. M.; SOUZA, C. B. G. (Orgs.). **Diferentes Olhares sobre a Inclusão**. Marília: Oficina Universitária, 2013, p. 181-209.

BIZELLI, J. L. **Inovação: limites e possibilidades para aprender na era do conhecimento**. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2013.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Editora Porto, 1994.

BORSAY, A. **Disability and Social Policy in Britain Since 1750: A History of Exclusion**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2005.

BRASIL. Comitê Nacional em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução Nº 2, de 24 de fevereiro de 1981**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_81.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_81.pdf)>. Acesso em: 29.out.2014

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 01 out.2014

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 1/2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 01 out.2014

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 28 fev.2013.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal Nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providencias. DOU. 12/08/1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)>. Acesso em: 28 fev.2013.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto Federal Nº 72.425, de 03 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação (CENESP), e da outras providencias. DOU. 04/07/1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 mar.2013.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o



apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. DOU. 25/10/1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. DOU. 16/07/1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. DOU. 19/04/1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU 25/07/1991, republicado 11/04/1996, republicado 14/08/1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. DOU 23/05/1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. DOU 08/09/1993 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DO 23/12/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. DO 27/11/1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>>. Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DOU 21/12/1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal N.º 10.048/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. DOU 09/11/2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal N.º 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras

providências. DOU. 19/12/2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal N.º 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. DOU. 09/01/2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Brasília, DOU 10/07/2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. DOU 09/10/2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>. Acesso em: 08.out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. DOU 25/04/2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 08. Out.2014

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. DOU 26/07/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. DOU 03/12/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. DOU 15/04/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em 29 out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. DOU 14/01/2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em 05nov.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 4.172, de 27 de março de 2002. Estabelece limites para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências. DOU 28/03/2002. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4175.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4175.htm)>. Acesso em 29 jul.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 5.626, de 22 de setembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU 23/12/2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 29 jul.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. DOU 10/05/2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79)> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto Federal nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. DOU 25/04/2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em 29 out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto Federal nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. DOU 25/04/2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em 29 out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 6944, de 21 de agosto de 2009. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. DOU 24/08/2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6944.htm#art32](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6944.htm#art32)> Acesso em: 14. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. DOU 26/08/2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 14. Out.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 7690, de 02 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. DOU 06/03/2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5)> Acesso em: 05. Nov.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. DOU 05/04/2013. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm) > Acesso em: 06. jul.2015.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. DOU 26/06/2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em: 05. Nov.2014.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 13.146, de 02 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU 26/06/2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 06. jul.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular n.º 277**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 05. Nov.2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade: documento orientador**. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>> Acesso em 28 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)> Acesso em 28 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>> Acesso em 28 ago. 2014.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e do Desporto. **Portaria N.º 1.793**, de dezembro de 1994, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 29. Out.2014

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e do Desporto. **Parecer CP 53/99**, de 28 de janeiro de 1999. Diretrizes Gerais para os Institutos Superiores de Educação. Brasília. DO: 28/09 /1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/p53.pdf>> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Instrução Normativa N.º 20**, de 26 de Janeiro de 2001. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pela Fiscalização do Trabalho no exercício da atividade de fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/fisca\\_trab/instrucao-normativa-n-20-de-26-01-2001.htm](http://portal.mte.gov.br/fisca_trab/instrucao-normativa-n-20-de-26-01-2001.htm)> Acesso em: 01. Out.2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria Nº 1.199. Brasília. 28 de outubro de 2003.** Aprova as Normas para a imposição da multa administrativa às empresas o preenchimento de cargos com pessoas portadoras de deficiência ou beneficiários reabilitados. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/portaria-n-1-199-de-28-10-2003.htm>> Acesso em: 08. Out.2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial:** área de deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 1995. (Série Diretrizes; 5).

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portaria nº 2.678.** Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 20. Out. 2014.

CANDIDO PEREIRA, C. E. **Inclusão no Mercado de Trabalho: Analisando a Relação Escola e Empregabilidade de Pessoas Com Deficiências.** Araraquara, 2010. 170p. Dissertação(Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e teoria da constituição.** Coimbra: Almedina, 1998.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORI-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUSC, 2000.

CASTELLS, M. La era de la información. **Fin del milenio,** Ed. Alianza, Madrid. 1997. Vol. 3.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CASTRO. S. F. **Ingresso e Permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.** 2011. 278f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CORREA, A. M. M. **UNESP 30 anos:** memória e perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA –Ed, 2007.

FERNÁNDEZ-GALIANO, A. El iusnaturalismo. In: FERNÁNDEZ-GALIANO.;CASTRO, B. **Lecciones de Teoría Del Derecho y Derecho Natural.** 3.ed. Madrid: Universitas, 2001 p. 419-420.

FILHO, E. M. **Tratado Elementar de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1960.

FIORINA, C. Escolhas difíceis: memórias da executiva mais importante do mundo dos negócios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

FLECHA, R.; GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. **Teoría Sociológica Contemporánea**. Barcelona: Paidó. 2001.

FRIEDMANN, G. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1973.

FONTES, F. Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 86, Setembro 2009: 73-93.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo: Atlas, 1999.

GIUBERTTI, A. M. **A importância da psicopedagogia na inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B7750C1012B87282496726F/psicopedagogia\\_deficiencia.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B7750C1012B87282496726F/psicopedagogia_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 02 outubro 2014.

GOYOS, C.; Araújo, E. **Inclusão Social: formação do deficiente mental para o trabalho**. São Carlos: Rima, 2006.

GUGEL, M. A. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público**. Goiânia: Ed. Da UCG. 2006.

HABERMAS, J. **Facticidad y validez**. Madrid: Trotta, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo de Portugal 2001**. Disponível em: <[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011\\_apresentacao&xpid=CENSOS](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS)>. Acesso: 20.set.2015.

JAIME, L. R; CARMO, J. C. **A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: o resgate de um direito de cidadania**. São Paulo: Ed. Dos Autores, 2005.

JANNUZZI, G. M. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp Editora, 2006.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 5ª Ed. 2005

MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008. p. 281-289.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

MENDES, E. G. Reconstruindo a Concepção de Deficiência na Formação de Recursos Humanos em Educação Especial. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

\_\_\_\_\_, E. G.; SILVA, VELTRONE, A. A.; A. M. A. (Orgs.). **Escola e a Inclusão Social na Perspectiva da Educação Especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MICHELS, L., R., & SOUZA, G., J. (2001). Acesso e permanência do educando portador de necessidades especiais na instituição de ensino superior. **II Colóquio internacional de gestão universitária na América do Sul**. Universidade Federal de Santa Catarina.

MINTO, C. Educação Especial: da LDB aos Planos Nacionais de Educação – Do MEC e Proposta da Sociedade Brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 06, n.º 1, 2000.

MIRANDA, T. G. Trabalho e deficiência: velhos desafios e novos caminhos. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MOEHLECK, S. Ações Afirmativas no Ensino Superior: entre a excelência e a justiça racial. In: **Educação e Sociedade**. Vol. 25, n.º. 88, especial, Campinas, outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a06v2588.pdf>>. Acesso em 29 out.2014

MOREJON. K. **O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no estado do Rio Grande do Sul**. Ribeirão Preto, 2009. 252p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

MOREIRA, M. H. B. Políticas educacionais e inclusão num contexto político-econômico neoliberal. In; DALL'ACQUA, M. J.; ZANIOLO, L. O. (Orgs.). **Educação Inclusiva em Perspectiva: reflexões para a formação de professores**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: CAPES/UNESCO. 2002.

OLIVEIRA, V. F. Epistemologia e Produção do Conhecimento em Educação Especial. In: SOBRINHO, F. P. N.; NAUJORKS, M. I. **Pesquisa em Educação Especial: o desafio da qualificação**. Bauru: EDUSC, 2001.

OMOTE, S. As diferenças, o atendimento especializado e a estigmatização do aluno deficiente. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA, 4., 1990, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CRP-08, 1990. p. 276-279.

OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe/CNPq, 2004.

OMOTE, S. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 1, p. 33-47, 2005.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Guia dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. São Paulo: OAB. 2007.

PASTORE, J. **Oportunidades de Trabalho Para Portadores de Deficiência**. São Paulo. LTr, 2000.

PESSOTTI, I. **Educação Inclusiva: Da ideologia neoliberal às possibilidades e limites concretos**. São Paulo: Edusp, 1994.

PINO, I. A Lei de Diretrizes e Bases: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, I. **LDB Dez Anos Depois**: Reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, P. C. **Dilemas da diversidade**: interrogar a deficiência, o gênero e o papel das políticas públicas em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia. 2012.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, S. A. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Promulga as bases relativas à reabilitação e integração social de indivíduos deficientes. Lei 6/71. Lisboa. 08 de novembro de 1971.

PORTUGAL. **Constituição da Republica Portuguesa de 1976**. Lisboa. 25 de abril de 1976.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Estabelece o regime de emprego protegido. Decreto-Lei 40. Lisboa. 25 de janeiro de 1983.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei n.º 46. Lisboa. 14 de outubro de 1986.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lei n.º 9. Lisboa. 02 de maio de 1989a.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Decreto 247. Lisboa. 05 de agosto de 1989b.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Decreto-lei nº 35. Lisboa. 25 de janeiro de 1990.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Decreto-lei 319/1991. Lisboa. De 1991. 23 de agosto de 1991.

PORTUGAL. **Leis e Decretos**. Altera o regime jurídico das prestações familiares constante dos Decretos-Leis nº 197/77, de 17 de Maio, 170/80, de 29 de Maio, e 29/89, de 23 de Janeiro, e demais legislação complementar. Decreto-Lei n.º 133-B/97.



Lisboa. 30 de maio de 1997.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Portaria n.º 1102/1997. Lisboa. 07 de Outubro de 1997.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Quotas de Emprego na Administração Pública. Decreto-Lei n.º 29 de 2001. Lisboa. 03 de fevereiro de 2001.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Lei n.º 31. Aprova o sistema da Educação e do Ensino Não Superior . Lisboa. 20 de dezembro de 2002

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 38. Lisboa. 18 de agosto de 2004.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem o público, via pública e edifícios habitacionais. Lisboa. 08 de agosto de 2006a.

PORTUGAL. **Leis e Decretos** Lei que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e existencia de risco agravado de saúde Lisboa. 28 de agosto de 2006b.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade. Lisboa. Setembro de 2006c.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Decreto-Lei n.º 3/2008. Apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Lisboa. 07 de janeiro de 2008.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Decreto-Lei n.º 56. Lisboa. 03 de março de 2009a.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Decreto-Lei n.º 209. Lisboa. 03 de setembro de 2009b.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Resolução da Casa dos Ministros 97/2010. Estratégia Nacional para a Deficiência. Lisboa. 14 de dezembro de 2010.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Reforça os apoios concedidos aos centros de emprego protegido e às entidades que promovem programas de emprego apoiado (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro). Lisboa. 16 de junho de 2011.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Lei n.º35 de 2014. Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Lisboa. 20 de junho de 2014.

PORTUGAL. **Leis e Decretos.** Despacho n.º. 7031-B/2015. Ministério da Educação e Ciência. 24 de junho de 2015.

REIS, M. B. F. **Educação inclusiva:** limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006.

RIBAS, J.B.C. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira.** Brasília: Corde, 1997.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil.** 13.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSS, P. R. Trabalho das pessoas com deficiência: transformando barreiras em oportunidades. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

SANTOS, S. A. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

SANDER, B. Educação na América Latina: identidade e globalização. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre: V.16, n.2, p.137-155, jul/dez 2000.

\_\_\_\_\_. Educação, Trabalho e Cidadania: Eixos de uma Política Social Relevante para a América Latina. In: SISSON, M.; W., F. O. (Orgs.). **Educação Comparada: construindo identidades**. Porto Alegre: SBEC, EDC 2005.

SÃO PAULO. Leis e Decretos. Lei Complementar Estadual n.º 683, de 18 de setembro de 1992. Dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1992/lei.complementar-683-18.09.1992.html>>. Acesso em: 08. Out.2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de Instituições de Ensino**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neroliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade do Ceará, 1998.

TRAGTENBERG, M. A escola como organização complexa. In: GARCIA, W. E. (Org.). **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Nova Iorque, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 07.mai.2015

UNESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <[https://ape.unesp.br/pdi/execucao/PDI\\_Unesp.pdf](https://ape.unesp.br/pdi/execucao/PDI_Unesp.pdf)>. Atualizado em 2009. Acesso em: 25. Nov.2014.

UNESP. **Regimento Geral da UNESP**. Disponível em: <[http://www.unesp.br/servico/regimento\\_geral.pdf](http://www.unesp.br/servico/regimento_geral.pdf)>. Atualizado em 27/11/2012. Acesso em: 25. Nov.2014

UNESP. **Estatuto da UNESP**. Disponível em: <[http://unesp.br/servico/estatuto\\_unesp.pdf](http://unesp.br/servico/estatuto_unesp.pdf)>. Atualizado em 16/07/2014. Acesso em: 25. Nov.2014.

UNESP. **Anuário Estatístico de 2014**. Disponível em: <<https://ape.unesp.br/anuario/index.php>>. Acesso em: 25. Nov.2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013**. Disponível em: <<http://www.pdi.ufscar.br/diretrizes-gerais-especificas-e-para-gestao-do-espaco-fisico>>. Acesso em: 25. Jul.2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Regimento Geral** Disponível em: <[http://www.soc.ufscar.br/documentos/regimentofinal\\_ufscar.pdf](http://www.soc.ufscar.br/documentos/regimentofinal_ufscar.pdf)>. Acesso em: 25. Jul.2015

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VON JHERING, R. **A Luta pelo Direito**. Tradução Dominique Makins. São Paulo: Hunter Books, 2012.

ZEPPONE, R. M. O.; BRITO, J. Ensino Superior e Pessoas com Deficiência: mapeamento de teses e dissertações. In: CAIADO, K. R. M. (Org.). **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.